

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.184 - SP (2019/0263421-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : PAULO CARDOSO DE ARAÚJO
ADVOGADO : PAULO CARDOSO DE ARAÚJO - SP260344
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILSON ROBERTO MARZAGAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de WILSON ROBERTO MARZAGÃO – preso preventivamente no contexto de aparente tentativa de homicídio – contra acórdão por meio do qual o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo denegou a medida pleiteada naquela instância, nos Autos de n. 2154329-72.2019.8.26.0000 (e-STJ fl. 97):

Habeas Corpus. Tentativa de homicídio. Decisão fundamentada. Presença dos requisitos da custódia cautelar. Medida extrema justificada. Ordem denegada.

A defesa alegou, em síntese, que a segregação cautelar é ilegítima, ante a ausência de fundamentação idônea. Afirmou: (i) que as instâncias ordinárias não indicaram em que aspecto o paciente evidenciaria *periculum libertatis*, principalmente por se tratar de réu primário que, certo de que agira em legítima defesa, manteve-se no local do fato, sem tentar escapar; (ii) que houve cerceamento de defesa na instância de origem, tendo em vista o obstáculo ilegítimo à sustentação oral; e (iii) que a ação penal carece de justa causa, tendo em vista a atuação em legítima defesa.

Em liminar e no mérito, pediu a expedição do alvará de soltura.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 130/132).

Vieram informações das instâncias ordinárias (e-STJ fls. 136/160).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da

Superior Tribunal de Justiça

ordem, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 162):

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE SUSTENTAÇÃO ORAL NA SESSÃO DE JULGAMENTO. ADVOGADO DEVIDAMENTE INTIMADO. SOLICITAÇÃO EFETUADA APÓS O JULGAMENTO DO WRIT. SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA DEVIDAMENTE JUSTIFICADA NA ELEVADA PERICULOSIDADE DO PACIENTE, ESPELHADA NO MODUS OPERANDI. RISCO CONCRETO À ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADES. Pela denegação da ordem.

É o relatório. **Passo a decidir.**

Consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que, em 19/11/2019, o Juízo de primeiro grau revogou a prisão preventiva do paciente.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido na inicial.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *mandamus*.

Intimem-se.

Brasília/DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator